



RESUMO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

CONTRATO

PREGÃO

PAD 18765/2024

Nº ____/2025

Nº ____/2025



O que?

Subscrição licenças de software para proteção de dados (backup) do fabricante Veeam, para o ambiente computacional do Data Center do TRE/PR



Prazo de entrega?

15 (quinze) dias corridos a contar da assinatura do contrato.

Agendamento: pelo e-mail: sids@tre-pr.jus.br



Onde?

A entrega da solução é de natureza eletrônica



Com quem falar?

Na Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores– SIDS



Horário de atendimento

Das 12h às 18h



Contato

Telefone: (41) 3330-8614

E-mail: sids@tre-pr.jus.br e coinf@tre-pr.jus.br.



Vigência

60 meses



Valor

R\$ _____

**TRE
PARANÁ****CONTRATO Nº xx/2025****PAD 18765/2024****Minuta****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a
empresa _____.**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133 de 01.04.2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº ____/2025, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa:

_____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na cidade de _____, à Rua _____, nº _____, Apto _____, bairro: _____, CEP 62.884-010, telefone (____) _____ - _____ e (____) _____ - _____, e-mail: _____ e ato representada por _____, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a Subscrição de 280 (duzentas e oitenta) licenças de software para proteção de dados (backup) do fabricante Veeam, bem como o acesso a novas versões e serviço de suporte técnico especializado, para o ambiente computacional do Data Center do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme especificações descritas no Termo de referência anexo a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA CARACTERIZAÇÃO LEGAL DO OBJETO

2.1 - A contratação possui natureza de Software como serviço, caracterizado pela prestação continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei 14.133/2021.

2.2 - Sobre o regime de execução, nos termos do mesmo artigo 6º, inciso XXIX, o objeto será executado sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS, E DO RECEBIMENTO

3.1 - A Contratada deverá disponibilizar a subscrição de 280 (duzentas e oitenta) licenças de software para proteção de dados (backup) do fabricante Veeam, para o ambiente computacional do Data Center do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, acesso a novas versões e serviço de suporte técnico especializado pelo período de 60 (sessenta) meses, e demais condições detalhadas no Termo de Referência, anexo.

3.2 - Do local de entrega: a entrega da solução é de natureza eletrônica. A empresa contratada deverá disponibilizar as chaves de licenciamento ou registrar os direitos de subscrição diretamente na conta corporativa existente do TRE-PR no portal do fabricante. As licenças deverão ser disponibilizadas para a Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores– SIDS, pelo e-mail: sids@tre-pr.jus.br, telefones (41) 3330-8614 ou 3330-8626.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 - Incumbe ao CONTRATANTE:

I - exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, e seus anexos e deste instrumento contratual;

II - decidir acerca das solicitações da CONTRATADA relacionadas à execução do contrato no prazo de 1(um) mês, prorrogável uma vez por igual período;

III - efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento contratual, após a liquidação da respectiva nota fiscal/fatura;

IV - informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone, endereço e e-mail para contato;

V - fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor formalmente designado;

VI - manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

5.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência – Anexo I.

5.2 - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições **exigidas para a habilitação na licitação**.

5.3 - Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a **Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação** disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece:

I. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável

II. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados (as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10 da Resolução

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente contrato vigorará pelo período de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do artigo 106 da Lei nº 14.133/21.

6.1.1 - O presente contrato é improrrogável, em virtude da natureza do objeto e de seu modelo de comercialização.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

7.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta do:

Programa de Trabalho Resumido nº _____;

Elemento de despesa: _____.____.____.____;

Nota de Empenho: 2025NE_____, emitida em ____/____/2025;

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: **26077**

CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo acesso às licenças de software ora contratadas, o valor total de **R\$** _____ (_____), conforme a seguir especificado:

Software	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Contrato 03491196 - V-FDENVUL-1I-MU5AR-00 Veeam Data Platform Foundation Subscription Universal License. Includes Enterprise Plus Edition features. 5 Years Renewal Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Support.	280	R\$ _____	R\$ _____
V-ADVUL-1I-MU5YP-U3 Upgrade from Veeam Data Platform Foundation to Veeam Data Platform Advanced Universal license. 5 Year Subscription Upfront Billing & Production (24/7) Support			
Valor Total			R\$ _____

8.1.1 - O pagamento se dará após o recebimento definitivo das licenças e atestado da Nota Fiscal/Fatura, em parcela única, conforme Item 5 do Termo de Referência.

8.1.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais vigentes.

8.2 - Do documento fiscal:

8.2.1 - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/Paraná, direcionado à Seção de Infraestrutura de Datacenter e Servidores– SIDS. No caso

de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail sids@tre-pr.jus.br , telefone: (41) 3330-8614 ou 3330-8626, caso não seja possível lançar no sistema.

8.2.2 - O CNPJ da CONTRATADA deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

8.2.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato, preços unitários e totais
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

8.3 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o **5º (quinto) dia útil após a solicitação do gestor do contrato**.

8.4 – Das condições de pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

8.4.1. - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

8.4.2 - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.4.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

8.4.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo (s).

8.4.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e tenha solicitado formalmente, os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

8.5 - Da regularidade fiscal:

8.5.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.5.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.5.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

8.5.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.5.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE

10.1 - Considerando a especificidade do objeto e o pagamento em parcela única, após recebimento definitivo, não haverá incidência de reajuste sobre os valores contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

11.1.1 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2 - As condutas de natureza LEVE são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir determinado.

a) ADVERTÊNCIA:

Fatos Imputáveis	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em substituir as licenças em desacordo com as especificações e no prazo estabelecido;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Não emitir a Nota Fiscal dentro do prazo e/ou encaminhar Nota Fiscal em desacordo;
5	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no Termo de Referência – Anexo I

b) MULTAS: A sanção de multa será aplicada nos casos previstos pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e base de Incidência
MÉDIA	b.1. Multa moratória pelo atraso na entrega total do objeto, limitado a 02 (dois) dias corridos.	1,0% (um por cento) ao dia sobre o valor total do contrato.
	b.1.1. Excepcionalmente, a partir do 3º (terceiro) dia, se houver interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto da contratação, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item acima.	
GRAVE	b.2. Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	b.3. Prestação de serviços em desacordo com o solicitado;	15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.
	b.4. Recusa em substituir o objeto quando constatado que não atende às características exigidas ou apresenta quaisquer defeitos.	
GRAVÍSSIMA	b.5. Atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos na alínea “b.1”.	20% (vinte por cento) , sobre o valor total do contrato.
	b.6. Inadimplemento total do contrato.	

11.3 - Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração.
- b) inexecução total do contrato.
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

11.4 - Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**,

nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa.
- b)** praticar ato fraudulento.
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

11.5 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

11.6 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.7 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

11.8 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

11.9 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

11.10 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

11.10.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

11.11 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

11.12 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.13 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.14 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - Ficarão o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

12.2 - Poderá também ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juizes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

14.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba-PR, ____ de _____ de 2025

Representante Legal
p/Contratada

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral - TRE/PR
p/Contratante

¹ Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.